

POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

**Fernando Cezar Vieira Malange
Elizeth Gonzaga dos Santos Lima
Valci Aparecida Barbosa**

Resumo

Este artigo analisa o processo de democratização das políticas de expansão do Brasil e suas interfaces com a expansão das Instituições de Educação Superior. Para tanto, analisa, a partir de um estudo de caso, o processo de expansão e democratização de uma universidade estadual, estudando as políticas globais e o processo de expansão local. Analisou-se documentos que regulamentaram a Política de expansão do estado brasileiro, bem como, os que regulamentaram as Políticas locais. Os resultados evidenciam que a expansão da IES em estudo teve um ingresso democratizado, porém sem intencionalidade, o que a diferencia do contexto da política nacional. No entanto, as análises, tanto da IES em estudo quanto do contexto da política nacional, evidenciam que houve uma democratização do acesso concebido apenas como ingresso.

Palavras-chave: Políticas de Expansão; Democratização; Acesso.

Introdução

A universidade brasileira surgiu no século XX conservando o caráter elitista do ensino cunhado durante o Brasil Colônia, Império e inícios da República. Esse modelo foi herdado das grandes escolas francesas que eram altamente seletistas, principalmente no ingresso, e tinham como principal objetivo a formação profissional, atendendo apelos do mercado de trabalho. Leite (2010, p. 223) afirma que, atualmente, temos uma universidade com identidades múltiplas e apresenta o modelo híbrido *'Hybrid Liberal University'*, que sobrepõe às práticas de mercado e os critérios de sobrevivência do capitalismo em uma instituição que era tradicionalmente independente do mercado.

Susan Robertson afirma que nos últimos 30 anos, as universidades têm enfrentado grandes desafios e sofrido grandes transformações, na natureza, no alcance da sua missão, na gestão, nos conhecimentos produzidos, no valor desses saberes e nas suas relações com a economia e sociedade. Um dos cinco desafios apresentados pela autora é o "alargamento do acesso". No Brasil esse desafio teve o seu auge no início da década de 90 com a expansão da oferta de cursos, a ampliação das IES e do número de matrículas. Os dados disponibilizados pelo INEP/Censo da Educação Superior demonstram que essa efervescência da expansão aconteceu com algumas características: aumento das IES pelo setor privado; aumento de matrículas na educação pública; parceria público/privado; aumento da educação à distância e de cursos tecnológicos.

Esse artigo tem o objetivo de analisar as políticas de expansão implantadas pelo Estado Brasileiro a partir da década de 90 e o processo de expansão das Instituições de Educação Superior. Para tanto, analisa, a partir do estudo de caso de uma universidade estadual, o processo de expansão e democratização dessa universidade que nasce no interior e expande para o interior. Queremos entender as Políticas globais e suas relações com o processo de expansão local. Analisou-se, para tanto, documentos que regulamentaram a Política de expansão do estado brasileiro, bem como, os que regulamentaram as Políticas locais da IES em estudo.

Políticas de expansão e democratização da educação superior a partir da década de 90: O Estado em ação

A meta para a área de Educação no Plano Plurianual (PPA), 1996-1999, instituído por meio da Lei 9.276, de 09 de maio de 1996 era a extensão aos alunos carentes de oportunidade de acesso e permanência no ensino superior, através da concessão de ‘crédito educativo’. Já no PPA 2000-2003 (Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000), o programa “Desenvolvimento do Ensino de Graduação”, apresenta como principais ações: o funcionamento do curso de graduação; a concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não gratuito e a construção e ampliação de bens imóveis das instituições de ensino gratuito (BRASIL, 2000a). No PPA 2004-2007 encontramos três objetivos: 1) Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; 2) Crescimento com Geração de Emprego e Renda, Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais e 3) Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia.

O PPA 2008-2011, instituído pela Lei 11.653, de 07 de abril de 2008, prevê as ações relativas ao ensino superior no programa “Brasil Universitário”, que tem por objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e como público-alvo alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas. O PPA vigente, 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012), amplia o desafio que garante acesso à educação superior para todos, a concessão de bolsas de estudo e de financiamentos estudantis, além do apoio à permanência dos estudantes de baixa renda, de forma a reduzir a evasão.

No Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2011) com vigência 2001-2010, no item que trata do diagnóstico da Educação Superior, salienta-se a necessidade imediata de ampliação de vagas neste nível de ensino em razão das projeções de

aumento de demanda. Acentua-se a participação das instituições estaduais no aumento de vagas e também o crescimento da oferta nas instituições privadas.

Observa-se pela Política de expansão que o foco central é a expansão do acesso com indicações de atendimento às minorias qualitativas e à assistência estudantil. No Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, Lei nº 13.005/2014, as metas colocadas são mais direcionadas ao acesso de alunos da escola básica pública e das minorias qualitativas. As estratégias da meta 12 deste Plano prevê a ampliação do acesso de egressos da escola pública, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, bem como a expansão do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES) e do atendimento específico a populações do campo e indígena, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações.

Os documentos evidenciam a expansão com vistas à ampliação do acesso, porém observamos que acesso nos documentos refere-se, prioritariamente, ao ingresso. Nesse sentido, para implementação da Política de Acesso alguns Programas foram criados pelo Estado Brasileiro, principalmente no governo Lula (2002-2010) como o REUNI e o PROUNI, o PNAES, o PRONATEC e o financiamento estudantil por meio do FIES.

O REUNI - Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão de Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº. 6096 de 24 de abril de 2007, uma das ações que integram o PDE/2007. De acordo com o artigo 1º deste Decreto o REUNI tem como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

O PROUNI surge com a finalidade de garantir o acesso a cursos de graduação e sequenciais de formação específica ofertados por IES privadas, com ou sem fins lucrativos, por meio da concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) (BRASIL, Lei nº. 11.096/2005).

O PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), inicialmente instituído pela Portaria Ministerial nº. 39 de 12 de dezembro de 2007, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Já o FIES, implementado pela Lei nº. 10.260/2001 surge como um “fundo de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria”. De acordo com o § 1º do Artigo 1º desta Lei “poderá beneficiar-se do FIES estudantes matriculados em cursos da educação profissional e tecnológica, bem como em programas de mestrado e doutorado com avaliação positiva, desde que haja disponibilidade de recursos”.

Em 2011, com a publicação da Lei nº. 12.513 a qual instituiu o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o FIES ganhou novas configurações. Esta lei abriu a possibilidade para que unidades de ensino privadas, inclusive as dos serviços nacionais de aprendizagem ofertantes de cursos de formação inicial e continuada e de qualificação profissional e de cursos de educação profissional técnica de nível médio que desejassem aderir ao FIES se cadastrassem em sistema eletrônico de informações da educação profissional e tecnológica mantido pelo Ministério da Educação, solicitando sua habilitação.

A grande preocupação do Estado brasileiro observada nas análises dos documentos oficiais centra-se na ampliação do acesso à educação superior como ingresso e, pouco se observa a preocupação com a qualidade do ensino e com a permanência, com destaque apenas ao pagamento de bolsas e ao financiamento estudantil.

Análise sobre o Processo de expansão e democratização de uma IES estadual: interfaces com a Política do estado brasileiro

A Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) surgiu em 1978, no município de Cáceres-MT como Instituto de Ensino Superior (IESC), com a missão de formar profissionais para o magistério da educação básica. De acordo com Rieder (2011, p. 234), nesse momento a prioridade era qualificação de professores para resolver a falta crônica dos mesmos nos educandários.

Rieder (2011) *apud* BARBOSA (2013) retrata a criação da Unemat como consequência do processo de interiorização das Universidades Federais de Pelotas (UFPel), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) e da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e pela implantação, em julho de 1973, de um campus avançado Projeto Rondon no município de Cáceres.

Os primeiros cursos a serem ofertados pelo então IESC foram os de Licenciatura Plena em Letras e os de Licenciatura Curta em Estudos Sociais e em Ciências. O primeiro Concurso

Vestibular ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de agosto de 1978 e em 04 de setembro desse mesmo ano tiveram início as atividades acadêmicas do IESC.

Nestes trinta e seis anos de existência (1978-2014) a Unemat passou por várias reformulações estruturais, de nomenclatura e de natureza acadêmica e jurídica, sempre mantendo a perspectiva de atendimento às necessidades social, local e regional e nesta trajetória experimentou diferentes formas de promover o acesso à educação superior de comunidades e populações específicas, além de ofertar vagas em demanda de ampla concorrência.

Exemplificando esta diversidade podemos citar a criação, em 1992, de um Projeto de Formação em Rede, em Serviço e Continuada denominado Licenciaturas Plenas Parceladas : “Uma Proposta de Integração entre Ensino e Pesquisa, surgido na região do Médio Araguaia, por ocasião da criação do Campus de Luciara, distante há mais de mil quilômetros da Sede da UNEMAT” (MEDEIROS, 2008, p. 12). Nesta mesma linha de atuação também foram criados o Programa Módulos Temáticos (2001) e o Programa Institucional de Qualificação Docente (2003).

Desde 1999, a Unemat oferta cursos na modalidade à distância e em 2008 passou a integrar o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES/MEC). Em 2001 teve início o Projeto de Formação de Professores Indígenas (3º Grau Indígena), cujo objetivo é a formação em serviço e continuada de professores e profissionais indígenas.

Segundo Medeiros (2008, p. 03), “[...] a democratização de acesso à universidade pública é demanda de diversos movimentos sociais que percebem, na conquista deste espaço, a possibilidade de fortalecimento e de mudanças nas relações de poder que forjam os diferentes espaços sociais”.

Visando atender a estas reivindicações a Unemat ofertou no ano de 2003 o Curso de Pedagogia aos Educadores da Reforma Agrária (CPERA) e em 2005 o Curso de Agronomia para os Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC). Além destas iniciativas a Unemat também trabalha com a oferta de cursos para obtenção de segunda habilitação e para plenificação de professores graduados em cursos de licenciatura curta.

A trajetória histórica da Unemat mostra que, em relação, ao acesso como ingresso, essa IES tem cumprido a missão de democratização atendendo a uma população diversificada, às demandas sociais e regionais do Estado.

Analisando as primeiras décadas da educação superior no Brasil (1920-1960), observamos um crescimento e uma diversificação na oferta de cursos. Nesse período o sistema nacional abrigava 17 universidades e 338 instituições de ensino superior com

matrículas da ordem de 90 mil alunos. Em menos de três décadas, (1961-1985), esse sistema ampliou para 873 instituições, sendo 800 Faculdades e 73 Universidades.

Já em 2009 tínhamos 5.250.147 alunos em graduação. Alguns destaques desse crescimento podem ser percebidos: como as ações afirmativas com reserva de vagas, cotas para negros e índios nas universidades públicas, com vistas a diminuir a exclusão social; cresceu a oferta de Faculdades Tecnológicas novas ou reestruturadas, a partir dos antigos CEFETS - Centros Federais de Educação Tecnológica. Estruturam-se as novas universidades públicas federais. Foram criadas as novas universidades da integração regional e internacional Universidade da Integração Latino-americana (UNILA), Universidade Federal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (UNILAB), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Universidade da Integração Amazônica (UFOPA).

A taxa de escolarização líquida na faixa etária de 18 a 24 anos passou de 9,8% em 2002 para 17,8% em 2012. Os dados apontam que mesmo com essa expansão, o Brasil não atingiu a meta de escolarização da educação superior que o coloca próximo de 34% da população entre 18 a 24 anos cursando a educação superior nível aceitável pelos organismos mundiais como OCDE, UNESCO, Banco Mundial.

Em relação à Unemat, a expansão ocorreu na perspectiva de ser uma Universidade do interior para o interior e de atender a uma população, geograficamente, sem acesso aos centros de educação superior, independente da política nacional. Assim, para ampliar os locais de atendimento à população distante dos *campi* universitários, a Unemat, em parceria com o Conselho Estadual de Educação, criou estruturas temporárias denominadas núcleos pedagógicos vinculados aos *campi* universitários.

A quantidade de núcleos pedagógicos aumenta ou diminui de acordo com os cursos que se iniciam ou se concluem. Por serem estruturas temporárias quando os cursos se encerram nos núcleos pedagógicos, estes são considerados inativos. Na Figura 1, apresentamos o mapa de Mato Grosso contendo a localização dos *campi* universitários (em branco) e os Núcleos Pedagógicos ativos e inativos (em preto).

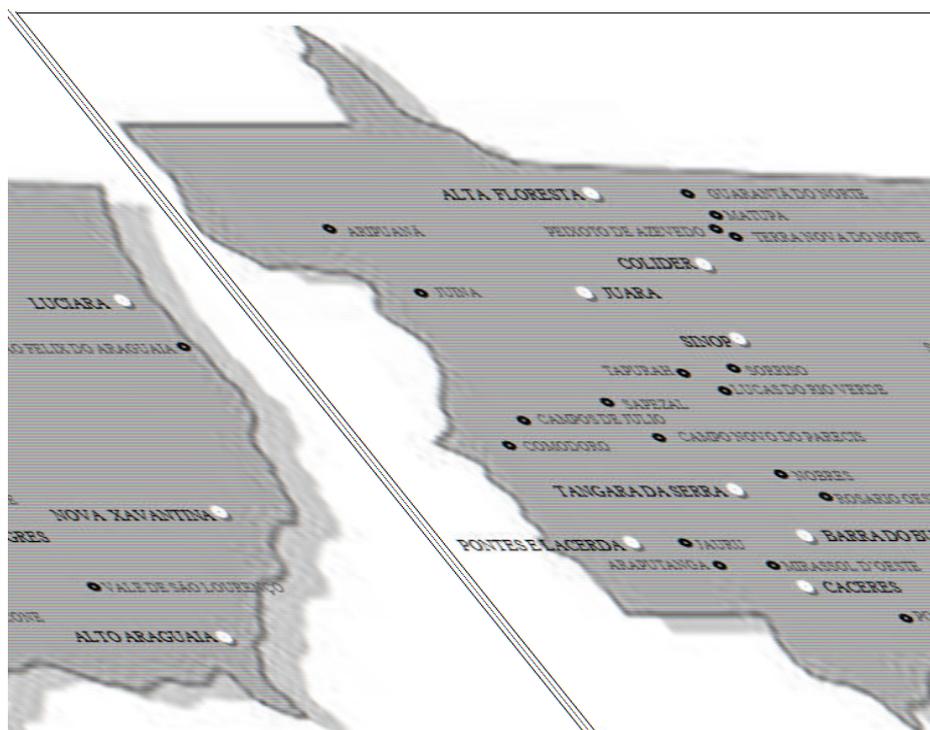


Figura 1 - Mapa da localização dos Campi Universitários e Núcleos Pedagógicos (ativos e inativos).
Fonte STRAUB (2013).

Mesmo sendo estruturas temporárias, os núcleos pedagógicos permitem a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação *Lato Sensu* à população de municípios onde não existe ensino superior.

A Unemat expandiu pelo Mato Grosso em forma de rede ao criar *campi* universitários em locais que possam atingir um maior número de pessoas, com ações sobre os vários municípios que se encontram em torno dos *campi* criados. Os *campi*, por sua vez, são ligados à sede administrativa da UNEMAT em Cáceres, local onde iniciou a expansão para as outras regiões do Estado. Segundo Straub (2013), a Unemat expande em forma de rede, tanto territorialmente quanto na formação e qualificação da população, agindo na condução de suas condutas, de maneira a produzir formas de vida que alavanquem o desenvolvimento do Estado e melhorem as condições de vida dos mato-grossenses, conforme podemos observar na figura 2, a seguir.

Unemat possibilitou esse processo democratizado com atendimento às diferentes camadas sociais e às populações específicas.

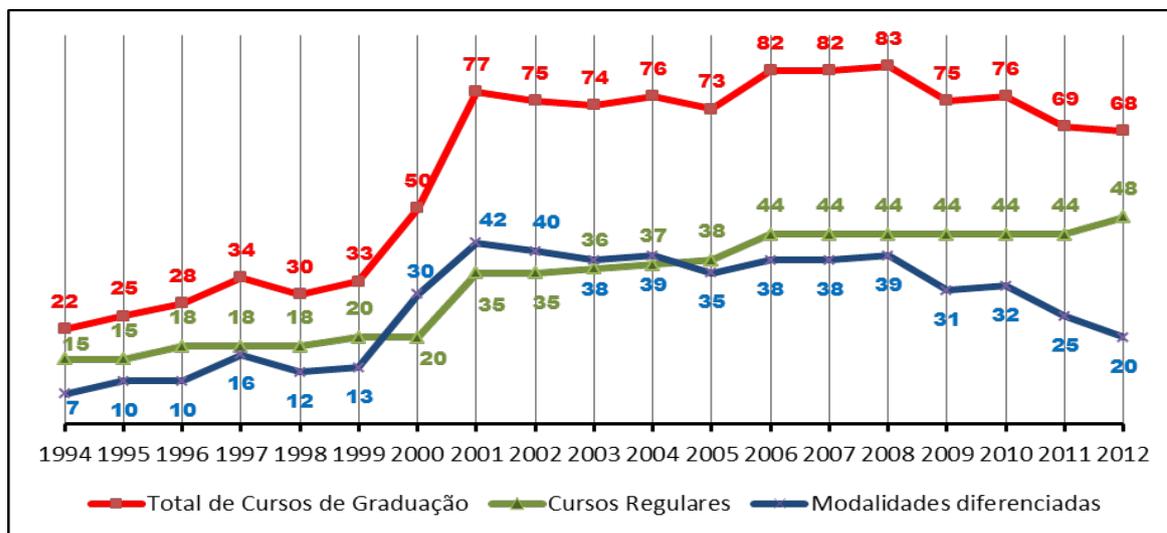


Gráfico 1. Expansão da Unemat - 1994/2012
 Fonte: Anuários Estatísticos de 2006 e 2012 - Unemat.

Dentre as modalidades diferenciadas ofertadas pela Unemat temos também os Cursos Fora de Sede, cursos de formação nas mais diversas áreas do conhecimento, de turma única, ofertados tanto em núcleos pedagógicos como em *campi* universitários, por meio do aumento de vagas dos cursos presenciais regulares. Os Cursos Fora de Sede dependem de convênios, com órgãos públicos municipais, estaduais e/ou federais, que garantam estrutura física, estrutura logística e recursos para custeio e manutenção do curso.

No Gráfico 2, a seguir, é possível constatar como a Unemat vem aumentando o número de alunos atendidos em nível de graduação com o aumento do número de vagas. Pode-se observar também que a variação da quantidade de vagas e de matriculados ocorre devido à criação e/ou à extinção dos cursos de Modalidade Diferenciada.

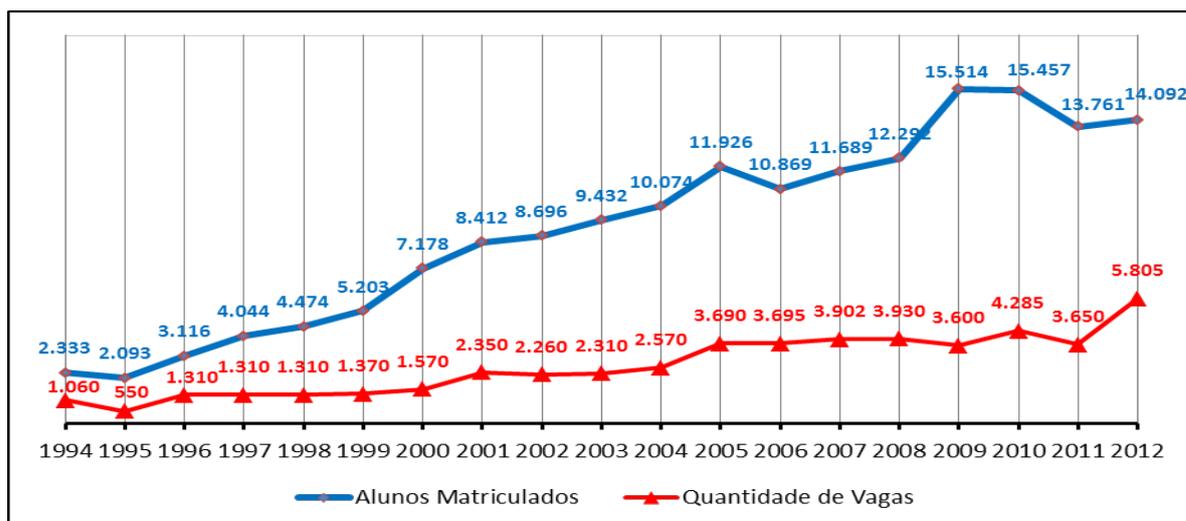


Gráfico 2. Fluxo de matrículas e de vagas ofertadas nos cursos de graduação da Unemat – 1994/2012.
Fonte: Anuários Estatísticos de 2006 e 2012 (Unemat).

Aprofundamos as evidências constatadas nas ações e nos programas de ingresso da Unemat, identificados na sua trajetória, analisando o perfil dos ingressantes pelo vestibular de ampla concorrência, com vistas a verificar se essa perspectiva democrática que possibilita o ingresso na IES de diferentes classes sociais, raças, etnias e comunidades tradicionais, também se concretiza no ingresso de ampla concorrência por meio do vestibular.

Ao considerarmos, percentualmente, dados dos acadêmicos dos cursos presenciais de bacharelado e licenciatura, cursos diurnos, noturnos e integrais de diferentes *campi*, foi possível uma análise representativa dessa amostra. Tais dados foram recortados da base de dados (INGRESSANTES) e analisados sobre aspectos relevantes dos alunos dos cursos de graduação presenciais da Unemat na série histórica de 2005 a 2011.

Os dados desta série histórica nos permitiu observar que os alunos atendidos pela Unemat, em sua maioria, tem um perfil que tende a:

- ser jovem com até 18 anos;
- do sexo feminino;
- pardo ou mulato;
- solteiro;
- oriundos do ensino médio de escola pública;
- que não exerce atividade remunerada; e
- pertence a família com renda de até 3 salários mínimos.

Estes dados do perfil do ingressante pelo vestibular na série histórica 2005/2011 comprovam que a Unemat vem cumprindo sua missão de ter o ingresso democrático e nos levam a concluir que sua expansão emergiu dos contextos regionais e das especificidades locais onde está inserida, ainda que de forma não planejada.

Qual democratização está sustentando o processo de expansão da Educação superior?

Este estudo revela a importância de pensar sobre a efetivação da democracia participativa na formulação das políticas públicas de expansão e acesso à educação superior. Como democracia participativa, entendemos o envolvimento ampliado dos diversos atores nas tomadas de decisão social, levando em consideração as decisões globais, porém a priorização deve ser pelas deliberações locais e regionais. Sustentando esse conceito questionamos se as políticas de expansão da educação superior têm atendido as necessidades regionais, a diversidade e o contexto local, atendendo aos grupos que não estão representados politicamente na esfera do estado, os grupos mais vulneráveis econômica e socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias.

Pensando na efetivação da democracia participativa através das políticas, o conceito de democratização a ser concebido deve ser o do exercício da democracia que vincula as ações, programas e políticas não apenas a igualdade de oportunidades, mas às condições efetivas dos sujeitos e a valorização das diferenças sociais, econômicas, étnico-raciais para pensar a igualdade. Corrobora com essa concepção as autoras Silva e Veloso (2013, p. 732) ao afirmarem que:

(...) entende-se que a democratização refere-se aos avanços sociais, que podem engendrar mudanças na direção da democracia (em sentido pleno). Em determinadas condições e motivações, a democratização pode constituir-se em elemento fundamental à construção da democracia, a exemplo de certas iniciativas no campo da educação. Nessa linha, a “democratização referenciada na democracia” reporta e se condiciona ao enfrentamento de elementos causais e projeta embates que põem em questão estruturas enraizadas, ou, no limite, a ordem social vigente.

Esse conceito de democratização nos leva a questionar o conceito de acesso utilizado pelas políticas públicas como forma de ampliação das vagas, para tanto, a estratégia de democratizar a educação superior tem sido expandir e possibilitar o ingresso da maioria, inclusive possibilitar formas de ingresso diferenciado às classes desfavorecidas culturalmente pela história, como índios, negros, alunos oriundos de escolas públicas. Entendemos que o acesso deve ser pensado pela inclusão em todos os sentidos e, principalmente, significa dar condições de pertencimento. Nesse sentido, o conceito de acesso deve ser revisto pelas políticas e sustentamos os conceitos de Silva e Veloso (2013, p. 729):

(...) acesso significa “fazer parte”, por conseguinte, remete à inserção, participação, acolhimento. Entretanto, o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão, que se relaciona à dualidade “incluído/excluído”, “integrado/não integrado”, “parte/todo”. Acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à práxis criativa. Quer dizer, agregase ao sentido de igualdade e de liberdade. (Silva e Nogueira, 2011, p. 14).

Para que aconteça a inserção, participação e acolhimento, a perspectiva do conceito de acesso que permeia as políticas públicas de expansão deve ultrapassar a dimensão do ingresso.

Considerações finais

As análises sobre as políticas de democratização e expansão da educação superior, os dados sobre o processo de expansão da Unemat e as análises sobre o perfil dos ingressantes evidenciaram que, em relação ao ingresso, a IES vem cumprindo sua missão de ter o ingresso democrático e nos levam a concluir que sua expansão teve um processo democratizado, mesmo que sem uma intencionalidade. A democratização que permitiu o ingresso a populações tradicionais e diversificadas emergiu dos contextos regionais e das necessidades locais onde a Unemat está inserida, ainda que em alguns momentos de forma não planejada e sem nenhuma intenção de implantar as políticas nacionais.

O processo de expansão da Unemat diferencia-se do contexto de expansão das universidades brasileiras, em que a Política foi formulada com a intenção de democratizar o processo. No entanto, assim como nos discursos da política nacional, as análises demonstram que também na Unemat houve uma democratização prioritariamente pelo acesso concebido apenas como ingresso, mesmo dando condições de acesso a todas as classes, povos e raças indistintamente. Nesse sentido, entendemos que é necessário, urgentemente, que tanto as IES quanto o estado brasileiro, reconsiderem o conceito de acesso para além do ingresso e tomem o conceito de acesso considerando as dimensões de ingresso, permanência, conclusão e formação/qualidade desse nível de ensino. Essas dimensões devem ser implementadas a partir de políticas focalizadas emergentes dos contextos locais em que cada IES está inserida.

Referências

BARBOSA, Valci Aparecida. **Políticas de democratização da educação superior**: análise do Programa de Integração e de Inclusão étnico-racial da Unemat – PIIER/UNEMAT (2005/2 a 2011/1). Cáceres, MT. 2013. 160p. (Dissertação) Mestrado em Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Universidade do Estado de Mato Grosso. Disponível em:

<http://www.unemat.br/prppg/educacao/docs/dissertacao/2013/valci_aparecida_barbosa.pdf>.

Aceso em: 23.mar.2014.

INGRESSANTES, Banco de dados. **Perfil socioeconômico dos estudantes da Unemat (2005-2011)**. Elaborado pelos autores como resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa PROAPES/Unemat. 2013.

LEITE, Denise. Brazilian Higher Education from a postcolonial perspective. **Globalisation, Societies and Education**, London, Routledge, v. 8, n.2, p. 219-233, June 2010.

MEDEIROS, Iraci Aguiar. **Inclusão social na universidade**: experiências na UNEMAT. Campinas, SP. 2008. 117p. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <www.ige.unicamp.br/site/aulas/134/iraci_mestrado.pdf>. Acesso em: 23.mar.2014.

RIEDER, Arno. **A interiorização da educação superior no Brasil**: caso de Mato Grosso. GUAL, Florianópolis, v.4, n.3, p.228-247, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.incubadora.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1335/1635>>. Acesso em: 24.mar.2014.

ROBERTSON, Susan L. Challenges Facing Universities in a Globalising World Paper presented to the International **Seminar on Quality in Higher Education: Indicators and Challenges**, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS), Brazil.

SILVA, Maria das Graças Martins da. VELOSO, Tereza Christina M. Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Revista Avaliação da Educação Superior (RAIES)**, Sorocaba, v. 18, n.3, novembro de 2013.

STRAUB, José Luiz. **A emergência e expansão da Unemat e o governo da população mato-grossense**. Porto Alegre, 2013. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/85183>>. Acesso em 20.jun.2014.

Documentos Analisados:

BRASIL. **BRASIL, O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE/2007**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 16.fev.2012.

BRASIL. **Dados do PROUNI/2011**. Disponível em:

<http://prouniportal.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Quadros_informativos/numero_bolsas_o_fertadas_por_uf_segundo_semestre_2011.pdf>. Acesso em: 23.fev.2012.

BRASIL. **Decreto nº 6.096/2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 22.fev.2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.234/2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 22.fev.2012.

BRASIL. **Lei nº 9.276, de 9 de maio de 1996**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1996/1999. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9276.htm> . Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.989, de 21 de julho 2000**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2000/2003. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9989.htm>.

Acesso em: 15 maio 2014.

BRASIL. **Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 15.maio.2014.

BRASIL. **Lei nº 10.260 de julho de 2001**. Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm>. Acesso em: 22.fev.2012.

BRASIL. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.933.htm>.

Acesso em: 15.maio.2014.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2005/11096.htm>>. Acesso em: 22.fev.2012.

BRASIL. **Lei nº 11.653, de 7 abril de 2008.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11653.htm>. Acesso em: 15.maio.2014.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em:
<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1029688/lei-12513-11>>. Acesso em: 22.fev.2011.

BRASIL. **Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm>. Acesso em: 15.maio.2014.

BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=2&data=26/06/2014>. Acesso em: 10.jul.2014.

BRASIL. **Plano Plurianual 2000-2003:** Avança Brasil. Programa Desenvolvimento do Ensino de Graduação. Brasília, 2000b. Disponível em:
<<http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=43&cod=BUSCA>> . Acesso em: 15.Maio.2014.

BRASIL. **Portaria Normativa nº. 39 – PNAES.** Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 23.fev.2012.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2011:** resumo técnico. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 114 p. 2013. - ISBN: 978-85-7863-022-5.

UNEMAT. **Anuário Estatístico** (2006/2012). Disponível em:
<http://www.unemat.br/prpti/anuario/>. Acesso em: 15.maio.2014.